



“Veja”: Como a Revista Abordou Dois Assuntos Polêmicos nos Últimos Anos ¹

Samantha Gomes Dias ²

Maurício de Medeiros Caleiro ³

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG

Resumo

O artigo “*Veja*: como a revista abordou dois assuntos polêmicos nos últimos anos” faz uma interpretação do modo como a revista *Veja* abordou em suas páginas dois crimes de grande repercussão nacional: o caso Isabella Nardoni e o caso da procuradora Vera Lúcia, acusada de maltratar a menina que estava prestes a adotar. A análise desenvolvida nesse trabalho engloba a forma como a narrativa foi construída e os recursos utilizados para promover a dramatização e causar maior comoção nos leitores. Foram utilizadas como objetos de análise as matérias encontradas na página eletrônica da revista *Veja*.

Palavras-chave: revista *Veja*; apelo; dramatização; comoção.

1. Introdução

A *Veja*, atualmente, é uma das mais importantes e conhecidas revistas semanais do Brasil. Pertencente ao conglomerado comunicativo do Grupo Abril, alega possuir uma tiragem semanal superior a um milhão de exemplares, tornando-se a revista de maior circulação no país. Nela são abordados temas do cotidiano, política, economia, beleza, saúde, tecnologia, religião, entre diversos outros assuntos, que podem ganhar maior ou menor espaço em suas páginas dependendo da visibilidade, importância e discussão geradas na sociedade.

Desde 1968, a *Veja* vem exercendo seu papel como veículo de comunicação diferenciado, pois, como afirma Sodré (1992, *apud* CRUZ, 2008, p.3): “O conceito

1. Trabalho apresentado na sub-área temática II 01- Jornalismo da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XVI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

2. Graduanda de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), email: samantha.dias@ufv.br

3. Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV)



clássico de revista (jornalismo periódico) é de extensão da imprensa diária, com os objetivos de comentar e opinar sobre assuntos variados ou dar uma visão mais aprofundada dos temas da natureza humana”.

Não somente exercendo essas funções, ela vem imprimindo um jeito próprio no contexto dos veículos de comunicação semanais. Seja através da seleção dos assuntos, seleção de imagens, construção da narração e disposição dos elementos em suas capas e páginas interioranas, a maioria dos leitores reconhece o estilo “*Veja de ser*”, podendo ser comparado à ideologia capitalista e aos valores dominantes da sociedade brasileira. Isso porque o público fiel da revista é composto, em sua maioria, pela classe média, que para serem agradados, tem seus valores agregados à linha editorial da revista.

Esse estilo compreende também, em certos casos, o apelo, a dramatização e o sensacionalismo encontrados nas linhas que tratam de assuntos polêmicos, violentos e de grande repercussão nacional. Segundo aponta Cruz (2008, p.2)

para cada veículo específico, teremos um conjunto de variações das regras jornalísticas, especialmente na linguagem, que, em sua essência, não alteram as normas gerais. Sendo assim, as revistas semanais possuem uma maior liberdade na escritura dos seus textos que os impressos.

Exemplos claros desse tipo de construção puderam ser percebidos em três edições da revista: a edição 2055, de nove de abril de 2008, a edição 2158, de 31 de março de 2010 e a 2166, de 26 de maio de 2010. Todas elas foram extraídas da página eletrônica da revista, que desde 2009 teve todo o seu conteúdo digitalizado. As duas primeiras trazem como capa e matéria principal o caso Isabella Nardoni, menina de cinco anos morta depois de cair do sexto andar de um prédio em São Paulo, onde moravam o pai e a madrasta da menina, principais suspeitos do crime. A distância no tempo entre as duas publicações justifica-se pelo fato de a primeira tratar da morte da menina e a segunda, dois anos depois, do julgamento e condenação dos acusados.

Já a publicação de maio desse ano dá destaque ao caso da procuradora estadual aposentada Vera Lúcia de Sant’Anna Gomes, acusada de maltratar e torturar uma menina de dois anos que estava sob sua guarda.

Esses dois casos causaram muita comoção e revolta popular, principalmente, por envolverem crianças e pelos crimes terem sido praticados por pessoas próximas, familiares e que, portanto, são esperadas delas carinho, amor e proteção. Os casos ganharam massiva cobertura midiática, permanecendo por um longo período na grade



de quase todos os veículos de comunicação. No caso Isabella Nardoni foram feitas entrevistas com familiares e amigos e também com a mãe da menina, reportagens as mais diversas possíveis, até mesmo a transmissão da reconstituição do crime. Conduta semelhante no caso da procuradora, quando os telejornais não deixaram de apresentar entrevista com a acusada e com pessoas envolvidas no caso.

Coube, então, à *Veja* abordar os casos em questão, imprimindo sempre seu estilo diferencial como veículo de comunicação semanal, recheado de interpretação e opinião.

Vale destacar que o caráter interpretativo e opinativo desse veículo não aparece sempre de forma clara e explícita, devendo o leitor ter grande atenção e cuidado para perceber quando essas características são impregnadas ao texto. Há casos mais explícitos, como o uso de adjetivações, por exemplo, que pode demonstrar julgamento subjetivo por parte do repórter ou veículo. As fotos e montagens da capa, porém, são bons exemplos de opinião implícita. Cabe ressaltar, ainda, que essas características da revista podem ser mais facilmente encontradas em certas reportagens do que em outras. No caso de cobertura política, por exemplo, a interpretação e, principalmente, a opinião também estão presentes no texto, ainda que nas entrelinhas e de percepção difícil na primeira lida. É mais fácil para os veículos de comunicação escancarar em assuntos em que se tem maior liberdade e apoio dos leitores, como nos casos de violência, devido ao compartilhamento de opiniões, do que em questões sensíveis, como as que envolvem política e políticos.

2. O Caso Nardoni nas Páginas da Revista *Veja*





Desde a morte de Isabella, no dia 29 de março de 2008, supostamente jogada do sexto andar do prédio em São Paulo, a imprensa, de uma forma geral, não deixou de tratar o assunto-tragédia de todas as formas possíveis. Durante dias, de forma ininterrupta, o Caso Nardoni era manchete de todos os jornais e telejornais. Com o passar do tempo, o caso voltava com força total à medida que se obtinham novas informações sobre as investigações.

À *Veja*, coube tratar o assunto, pela primeira vez, quase duas semanas depois da morte da menina, trazendo uma abordagem mais completa e detalhada sobre o caso. Como capa da sua edição de 09 de abril de 2008, a revista trouxe uma “investigação filosófica, psicológica, religiosa e histórica sobre as origens da perversidade humana”. O caso da menina Isabella não foi tratado diretamente e explicitamente na capa (a não ser pelo rosto dela desenhado dentro dos olhos), mas apareceu por duas vezes dentro da revista: como contextualização da matéria de capa (título: “Quando o mal triunfa”), que citava ainda outros casos de violência contra crianças, e uma matéria específica, na seção comportamento, intitulada “O anjo e o monstro”. Nas duas reportagens, assim como na capa, aparecem fotografias da criança, sempre sorrindo.

Na reportagem “O anjo e o monstro”, a metáfora utilizada no título já traz vários significados de apelo. As metáforas são um recurso comumente usado no jornalismo devido à sua enorme capacidade de atribuir sentido. Para Charaudeau e Maingueneau (2004, *apud* CRUZ, 2008, p.4): “Os discursos políticos, morais, jurídicos ou midiáticos fazem grande uso da metáfora para impor opiniões sem demonstrá-las”. Cruz (2008, p.5) também cita Traquina, que dentro das Teorias do Jornalismo, aponta a metáfora como um dos recursos utilizados pelos profissionais da comunicação para atrair um maior número de leitores, e dessa forma, “a utilização das metáforas (serve) para incrementar a compreensão do texto.” Tais metáforas “são úteis para a dramatização dos acontecimentos.” (TRAQUINA, 2005, *apud* CRUZ, 2008, p.5)

Abaixo dessa manchete, uma menina sorridente e inocente que teve sua vida interrompida de forma trágica. Ela é, de forma óbvia, o anjo. Atribuir ao assassino a característica de monstro remete às histórias infantis, de princesas e fadas (brincadeiras e sonhos comuns às crianças da idade da vítima) e ajuda a criar o clima de dramatização e a emocionar o leitor. Pois como afirma Moretzsohn (2008, p.1): “a história oficial do caso Isabella Nardoni é essa espécie de conto de fadas com final infeliz que se presta à perfeição para a exploração midiática da comoção pública”.



No texto, aparece um depoimento do pai e principal suspeito do crime, afirmando que não iria desistir até “encontrar o monstro que matou sua filha”. Essa declaração reforça o uso do título, embora os sentidos percebidos em cada caso sejam diferentes: no título, o monstro seria o pai, naquele momento já considerado culpado, enquanto na declaração, Alexandre Nardoni procura outro monstro, tentando esvair-se da culpa.

Na reportagem, encontra-se a seguinte frase: “é possível que seja dele, e não de Isabella, a voz de criança que gritava ‘pára, pai, pára’, poucos minutos antes de Isabella ter sido encontrada caída no gramado do prédio em que morava seu pai”. A revista, nesse caso, tomou o cuidado de não usar a expressão “ter sido jogada do prédio em que morava com seu pai”, dando, assim, um espaço para a versão apresentada pelo pai e pela madrasta da menina, de que ela teria caído sozinha da janela do apartamento. Na maioria dos outros veículos de comunicação (e até mesmo na *Veja*, em outras situações), pela forma com que trataram o assunto, pôde-se perceber a condenação dos que eram, até o momento, apenas suspeitos. A condenação prematura feita pela mídia deve-se ao fato de que ela respondia ao apelo popular; as pessoas já tinham Alexandre Nardoni e Ana Carolina Jatobá como assassinos. “De fato há uma relação de solidariedade entre jornalistas e fontes, que colaboram para o desvirtuamento dos rituais do direito, com o atropelamento de garantias mínimas como a presunção de inocência, o respeito ao silêncio, a ilibação do réu em caso de dúvida” (MORETZSOHN, 2008, p. 4). Vale ressaltar que, da mesma forma que a mídia acaba se influenciando pelo apelo popular (mas também, é claro, não deixando de lado suas convicções e ideologias), também as certezas e dúvidas da população, sobre quaisquer casos, são construídas pela mídia, ela é a principal fonte de informação. Sendo assim, nesse caso, se a população já estava certa dos assassinos, grande parte dessa certeza deve-se à cobertura midiática.

Foram usados, ainda, adjetivações, tais como “Essa possibilidade é *chocante*” (referindo-se à possibilidade do pai e da madrasta serem os verdadeiros assassinos) e “assassinato *cruel* de Isabella, dona de um *lindo e angelical* sorriso” (grifos meus). Adjetivações, certamente, deixam transparecer uma apreciação subjetiva sobre o caso.

Ainda na mesma matéria, no último parágrafo, a revista traz informações pessoais dos envolvidos no crime. Características psicológicas, envolvimento e brigas do casal, antecedentes de cada um, entre outras coisas, são encontrados no texto, pois como explica Moretzsohn (2008, p.9) “todos seguem especulando, pois do contrário não



haveria como sustentar a luta pela audiência nem alimentar a ânsia do público por novidades, de preferência escandalosas, dos detalhes da vida pessoal desses monstros assassinos”.

Já na revista de 2010 (Capa: “Condenados! Agora, Isabella pode descansar em paz”) o que se pode destacar, entre outras coisas, são as imagens utilizadas. Seja na imagem da capa ou na imagem principal da matéria correspondente (ambas montagens, com o rosto de Isabella, sorridente, à frente e o olhar frio dos culpados atrás) as fotos trazem comoção, causam sensibilidade aos que as vêem e lembram-se, através do reconhecimento do sorriso usado intensamente em todos os canais, do assassinato acontecido dois anos atrás. O fato de trazer o rosto dos assassinos logo trás da imagem da menina (e ainda, a legenda usada na foto principal: Morta aos 5 anos de idade por aqueles que deveriam protegê-la) acelera o sentimento de raiva provocado no leitor. As imagens ajudam significativamente a construir o sentido desejado pelos veículos de comunicação, e nesse caso, o uso da imagem é determinante, pois “ela confere à atualidade um sentido mais acurado e permite uma percepção mais imediata do acontecimento” (GARAPON, 2001, *apud* MORETZSHON, 2008, p. 3).

Essa reportagem, que tratava principalmente do julgamento dos acusados, trouxe trechos das perguntas feitas pelo promotor do caso a Alexandre Nardoni, com as respectivas respostas. Esse recurso serviu, sem dúvidas, para dar credibilidade ao que estava sendo dito (exemplificar o comportamento que estava sendo descrito do pai da criança, a falta de respostas dele e também a excelente atuação do promotor, que, segundo relatou a *Veja*, soube fazer as perguntas mais apropriadas). Tal recurso também ajudou significativamente para provocar, de forma ímpar, espanto no leitor, ao perceber a reação de um pai assassino, através da transcrição das perguntas e respostas.

Em outra parte, logo abaixo à transcrição das falas, usou-se o recurso da interrogação: “como um pai que acaba de ver a filha despencar do alto de um prédio deixa de tomar providências por determinação do vizinho?”. A interrogação não é usada no jornalismo, na maioria das vezes, sem nenhuma intenção. Ela é uma ferramenta importante na atribuição de sentido e, conforma aponta Cruz (2008, p.7) “(o uso da interrogação) tem a dupla função de interagir com o receptor da revista, convidando-a responder a questão e ao mesmo tempo em que provoca um efeito de sentido de dúvida”.



Também nessa matéria é possível encontrar a mesma metáfora usada na primeira edição da revista que abordou o caso Isabella Nardoni. A palavra “monstro” aparece algumas vezes no texto (em uma delas, remete exatamente ao que Alexandre Nardoni havia dito e que foi escrito na primeira reportagem – referindo-se a encontrar o “monstro que havia feito aquilo”). “Agora, pode-se afirmar com certeza que os monstros estão identificados” é a frase seguinte na matéria. Nessa, o sentido é o mesmo do título “O anjo e o monstro”, afirmando explicitamente ser o pai o monstro.

Importante salientar também a segunda foto trazida pela *Veja* para essa reportagem, que se refere ao túmulo de Isabella, cheio de flores de pessoas desconhecidas. Sem dúvidas, essa imagem pode ser apontada como uma das mais sensacionalistas durante toda a cobertura do caso feita pela revista.

Por fim, a *Veja* fez ainda, por meio de recursos tecnológicos, uma ilustração do prédio de onde a menina foi jogada, com detalhes, minuto a minuto, da noite do crime, obtidos a partir dos dados da perícia e da polícia. Para Moretzsohn (2008, p.5):

À sedução pela tecnologia soma-se a sedução pelo tema: histórias de detetive, investigações policiais, o suspense em torno da identidade e dos motivos do assassino, tudo isso atrai porque expressa aspirações muito profundas da sociedade em relação ao ‘crime’.

A noite do crime, contada com enorme riqueza de detalhes, como aconteceu através dessa ilustração, para Moretzsohn (2008, p.5) “responde a expectativas do público e parecem expressar o mais óbvio senso comum. Na verdade, trata-se do processo de naturalização dos fatos e de sua interpretação, o que é particularmente importante quando se trata de casos criminais”.

3. Depois do Monstro, a Bruxa



No caso mais recente, o da procuradora aposentada Vera Lúcia de Sant'Anna Gomes, acusada de maltratar uma menina de dois anos que estava sob sua guarda, a revista também não deixou de abordar, de forma minuciosa, o caso, assim como não deixou de recorrer a diversos artifícios para ajudar na construção do drama. Em primeiro lugar, merece particular atenção a capa dessa edição, pois como explica Cruz (2008, p.1) “as capas são os primeiros textos lidos, são elas que despertam o interesse pelo conteúdo e o desejo de consumo”.

A imagem da acusada, com cabelos desganhados, batom vermelho e cara de mal ajudam a reforçar a idéia presente no título: de que ela seria uma bruxa, de fato. Foi utilizada nessa capa também, a técnica de clarear apenas um lado da imagem (nesse caso o lado esquerdo está mais claro). Essa técnica, explica Cruz (2008, p.8) “de clarear mais um lado de um objeto com uma luz principal (key light) e, utilizar menos a luz secundária (fill light), que ilumina o lado oposto, é um recurso que confere uma maior carga dramática ao objeto”. Cruz (2008) explica ainda, que a utilização de cores escuras, nesse caso, a predominância do roxo, e a técnica de sombreamento criam o clima de medo. Aqui a sensação de medo provocado por essas técnicas é ideal para reforçar a intenção da *Veja*, pois a edição aborda o caso de uma “bruxa que maltrata criancinhas”.



“A simbologia das cores é frequentemente retomada no discurso jornalístico, servindo de elemento aditivo para a produção de efeito de sentido” (ASSIS, 2004, *apud* CRUZ, 2008, p.9). Esses mesmos recursos também foram utilizados na foto principal da matéria, em que mais uma vez Vera Lúcia tem sua imagem facilmente associada à escuridão e ao medo.

O subtítulo da matéria merece destaque pela contradição expressa nele. A revista afirma: “A procuradora Vera Lúcia, acusada de torturar a menina que pretendia adotar, tenta justificar sua crueldade culpando a criança”. Acontece que, se a procuradora ainda era acusada do crime, não existiam provas concretas que a condenassem. Com a ausência de provas, todo mundo, inclusive Vera Lúcia, é inocente. E sendo inocente não havia motivos para ela tentar justificar sua crueldade. A construção da frase a torna paradoxal e pode mostrar que a revista considera a acusada como culpada.

Em se tratando de matéria de violência contra crianças, podemos encontrar na reportagem os mesmos recursos encontrados nas edições que tratavam do caso Isabella Nardoni: metáfora, com a utilização da palavra bruxa (“como uma bruxa má não demonstra nenhum arrependimento” e “há milhares de meninos e meninas que descobrem, desde muito cedo, que bruxas malvadas e lobos maus podem existir de verdade - e, pior, habitar a casa onde eles moram”); adjetivação (“acusada de torturar com frieza e fúria uma menina de 2 anos que estava sob sua guarda”). Assim como fez também com Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, a *Veja* trouxe a biografia da procuradora estadual. Ao explicitar que ela também agredia sua mãe no passado, essa informação dá credibilidade à versão que a revista traz, de que ela não é apenas violenta, mas é uma bruxa, um monstro.

Para demonstrar ainda que a acusada não tem os desejos genuínos da maternidade e que se preocupa mais com dinheiro e bens materiais do que com a criança que pretendia adotar, a revista procura trazer sempre em suas linhas falas ou características da procuradora que confirmem isso. Frases como essas foram utilizadas com essa finalidade: “Seu objetivo declarado era ter a quem deixar sua pensão como procuradora, hoje de 23 000 reais, e os bens, entre os quais uma casa debruçada sobre a valorizada Praia de Geribá, em Búzios” e “Meu apartamento tem chão de mármore e muito tapete persa - é fácil de escorregar”.



Por fim, a revista trouxe a transcrição da entrevista feita por um de seus repórteres à Vera Lúcia na penitenciária. “Com as mãos trêmulas e elevando a voz em alguns momentos” foi como o repórter descreveu o comportamento dela ao ter que responder a algumas perguntas. Implícito está que a elevação da voz demonstra perda de credibilidade da pessoa que fala e do que está sendo dito.

Finalizando a transcrição da entrevista, a resposta da procuradora à pergunta se ela ainda pensa em adotar uma criança: “Acho que não mais. Meu sonho era ter adotado três, para formar a família que nunca tive. Adoro crianças. Não faria sentido nenhum torturar uma menina que cuidaria de mim na velhice, certo? Só se eu fosse louca”. Sem dúvidas, a finalização, com o importante efeito conseguido pela interrogação, é irônica para o leitor. Depois de ter lido toda a reportagem, que traz antecedentes da acusada, algumas de suas características e da vítima, depoimentos de testemunhas que confirmam a agressão de Vera Lúcia, poucas pessoas acreditarão que ela não torturou a menina. Sendo assim, se ela tortura e afirma não torturar, da mesma forma, fica entendido, ela é louca, embora diga que não.

4. Considerações Finais

A análise das três edições da revista de maior circulação do Brasil, que tratam de casos violentos envolvendo crianças e de grande repercussão nacional, mostrou que a *Veja* utiliza-se sempre de importantes recursos para criar comoção e dramatização. A criteriosa escolha das fotografias, as montagens com imagens, o uso de adjetivações, metáforas, entre outros, podem ser facilmente encontrados nas reportagens, da mesma forma que facilmente deixam transparecer a apreciação subjetiva e a linha editorial da revista, pautada, principalmente, pelos valores da classe média brasileira.

A revista, com todas as características apresentadas, embora tenha uma maior liberdade no tratamento das informações por se tratar de um veículo de comunicação diferenciado, para muitos essa liberdade não inclui o sensacionalismo e o apelo. Conforme explica Moretzsohn (2008, p.4)

a crítica à atuação da mídia, normalmente fundamentada na condenação do lucro a qualquer preço, do caráter comercial da exploração sensacionalista dos fatos – para “vender”, como se diz –, ao mesmo tempo causa e consequência da concorrência exacerbada, não pode ignorar que existe um forte e ancestral apelo do público pelos detalhes mais sórdidos e mórbidos dos acontecimentos.



Dessa forma, e levando sempre em consideração a existência de uma forte e bem delimitada linha editorial da *Veja*, não há como negar que esse estilo “*Veja* de ser”, com todas as características e recursos alvos de análise e discussão, agradam aos leitores, assíduos ou esporádicos, porque não fosse assim ela não venderia mais de um milhão de exemplares toda semana.

Referências Bibliográficas:

CRUZ, Adriano Charles da Silva. A construção da insegurança econômica nas capas da revista *Veja*. **Site da biblioteca online de ciências da comunicação**. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/cruz-adriano-construcao-veja.pdf>. Acesso em 11 jun 2010.

DINIZ, et al. A justiça foi feita. **Veja**, 31 de março de 2010, especial. Disponível em <http://veja.abril.com.br/310310/justica-foi-feita-p-080.shtml>. Acesso em 10 jun 2010.

LINHARES, Juliana. O anjo e o monstro. **Veja**, 09 de abril de 2008, comportamento. Disponível em http://veja.abril.com.br/090408/p_096.shtml. Acesso em 10 jun 2010.

MORETZSOHN, Sylvia . **O crime que chocou o Brasil: mídia, justiça e opinião pública na primeira fase do caso Isabella Nardoni**. In: VI Congresso da SBPJor, 2008, São Bernardo do Campo. Anais do VI SBPJor, 2008. Disponível em <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada5sylviamoretzsohn.pdf>. Acesso em 17 jun 2010.

SOARES, Ronaldo; LIMA, Roberta de Abreu. As razões do mal. **Veja**, 26 de maio de 2010, Brasil. Disponível em <http://veja.abril.com.br/260510/razoes-mal-p-078.shtml>. Acesso em 10 jun 2010.

